

PEC 287/16

Reforma da Previdência

Vilson Antonio Romero

21/03/17 – Comissão Especial



ANFIP

Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO - RGPS

- **Elevadas renúncias/desoneração da folha sem contrapartidas/conjuntura econômica**
- **Subsistema rural – desequilíbrio anual de mais de R\$ 100 bilhões**
- **Lerdez na recuperação dos créditos da dívida ativa**
- **Deficiência na estrutura de fiscalização**
- **Adequação pela evolução demográfica**

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO - RPPS

- **Na União**

- Falta de formação de reservas – única unidade gestora
- **Efetivação em 1994 de mais de 500 mil celetistas - anistiados**
- Limite de idade/aposentadoria do RGPS – 60 anos
- **Previdência complementar – desde 02/13**

- **Nos Estados e Municípios**

- Regramento do RPPS de forma tardia
- **Falta de formação de reservas**
- **Previdência complementar**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (CF/88)

CAPÍTULO II - DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Seção II - DOS ORÇAMENTOS

- Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
 - ...
 - § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:
 - I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
 - II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
 - III - o orçamento da **seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

RPPS DOS CIVIS NA CF/88
TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- **Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.**

RPPS DOS MILITARES NA CF/88

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Seção III - DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (EC 18/98)**
- **Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (EC 18/98)**
- **§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.**

RPPS DOS MILITARES NA CF/88

TÍTULO V – DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS CAPÍTULO II - DAS FORÇAS ARMADAS

- **Art. 142.** As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
- **§ 1º** Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

DESVIOS HISTÓRICOS - I

- “ Anteriormente o regime constitucional não havia tal diferenciação acarretando até os dias de hoje, os déficits em decorrência da ausência de um Fundo de Reserva, assim como declara o ex-ministro Reinhold Stephanes, esclarecendo que no início do sistema o número de trabalhadores que contribuía era maior do que o número de trabalhadores que se encontravam inativos e por esse motivo as sobras, na maioria das vezes, era usado para outras finalidades diferentes da previdenciária[3].
- *.[3] STEPHANES, Reinhold. Reforma da previdência sem segredos. Rio de Janeiro, Record, 1998, p.95*
- **(In As Fontes de Custeio da Seguridade Social, de Izanete Valer, advogada e especialista em Direito Previdenciário – PR)**

DESVIOS HISTÓRICOS - II

- “Os saldos da Previdência foram usados na construção de Brasília, na constituição e no aumento de capital de várias empresas estatais (sic), na manutenção de saldos na rede bancária como compensação pela execução de serviços de arrecadação de contribuições e de pagamentos de benefícios. de 1986 a 1988, as transferências da Previdência Social para a área de saúde cresceram por conta da implantação do Sistema Único Descentralizado de Saúde (SUDS), chegando a 35% da arrecadação sobre a folha de salários. de 1988 até meados de 1993, as transferências para o Sistema Único de Saúde (SUS), que substituiu o SUDS, chegaram a 15% de toda a arrecadação sobre a folha de salários.” (STEPHANES, Reinhold. *Reforma da previdência sem segredos. Rio de Janeiro, Record, 1998*)
- (In *As Fontes de Custeio da Seguridade Social*, de Izanete Valer, advogada e especialista em Direito Previdenciário – PR)

DESVIOS HISTÓRICOS - III

- **IAPs – década de 50 – subscrição de ações preferenciais de CSN, Chesf, FNM, etc**
- **BNDE - 1952 – obrigação IAPs concederem empréstimos**
- **1962 – Débito da União com Psocial – CR\$ 200 bilhões**
- **Construção de Brasília (DF) – US\$ 52,5 bilhões**
- **Transamazônica, Rio-Niterói, Itaipu, Volta Redonda...**
- **Saldos positivos apropriados pela União entre 66 e 99 – R\$ 400 bilhões – atualizado - R\$ 1,584 trilhão**
 - *(Ipea/BNDES -Jornal ZH, 24/10/99)*

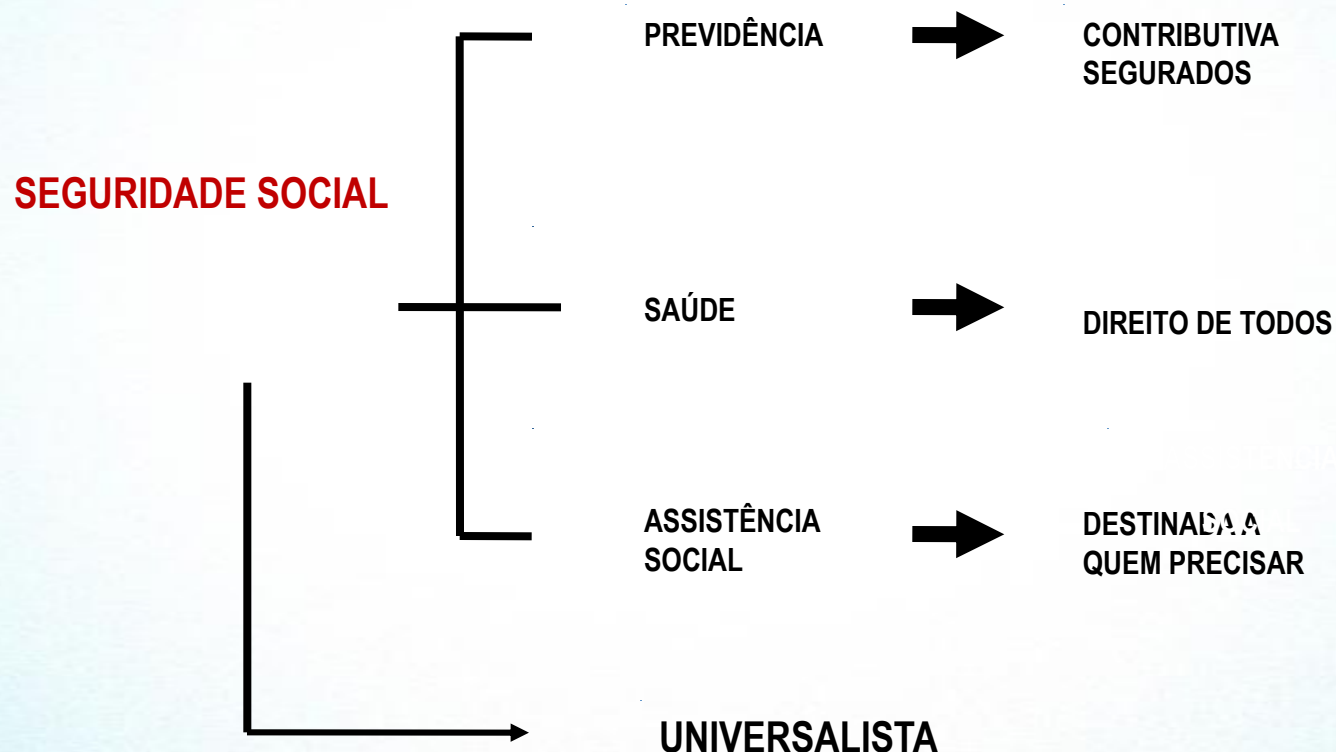
A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Constituição Federal de 1988
TÍTULO VIII - Da Ordem Social
CAPÍTULO II - Da Seguridade Social
Art. 194 a 204

SEGURIDADE SOCIAL - CONCEITO

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos **à saúde, à previdência e à assistência social.**
(Art. 194 – CF)

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO – CONSTITUIÇÃO 1988



FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- **Art. 195.** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos **orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, e das seguintes **contribuições sociais**:

FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
 - a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
 - b) a receita ou o faturamento;
 - c) o lucro;
- II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;
- III - sobre a receita de concursos de prognósticos;
- IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA

- O fato gerador de tal contribuição para o empregador, **será a folha de salários e os rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço**, mesmo sem vínculo empregatício, e, para o trabalhador e demais segurados da previdência social a remuneração percebida pelo trabalho realizado.
- O empregado, inclusive o doméstico; o trabalhador avulso; o contribuinte individual; o micro empresário individual (MEI); o segurado especial; o produtor rural pessoa física; e o empregador doméstico.
- A empresa ou empregador.

CSLL – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

- **LEI N° 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988 (Conversão da MP n° 22, de 1988)**
- **Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.**
- **Art. 1º Fica instituída contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, destinada ao financiamento da seguridade social.**
- **Art. 2º A base de cálculo da contribuição é o valor do resultado do exercício, antes da provisão para o imposto de renda.**

COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 70 DE 30.12.1991 (DOU 31.12.1991)**
- Institui **contribuição para financiamento da Seguridade Social**, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.
- (...)
- Art. 1º Sem prejuízo da cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), fica instituída **contribuição social para financiamento da Seguridade Social**, nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, devida pelas pessoas jurídicas inclusive as a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, destinadas **exclusivamente às despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social**.

CONTRIBUIÇÕES PIS/PASEP

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE SETEMBRO DE 1970**
- **Art. 1.º - É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.**
- (...): [\(Vide Lei Complementar nº 17, de 1973\)](#)

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970**
- **Art. 1º - É instituído, na forma prevista nesta Lei Complementar, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.(...)**



CONCURSO DE PROGNÓSTICOS - CEF

APOSTA (Mega-sena/Quina/Lotofácil, Dupla Sena,...)	100,00
Fundo Nacional de Cultura	3,00
Comitê Olímpico/Paraolímpico Brasileiro	2,70
Seguridade Social	18,10
FIES – Crédito Educativo	7,76
Fundo Penitenciário	3,14
Comissão dos Lotéricos	9,00
Premio Líquido (depois do IRPF)	31,71

ANÁLISE DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL (2014)

RECEITAS	(R\$ bilhões)
Receita Previdenciária Líquida	350,9
Cofins	195,9
CSLL	63,2
Pis/Pasep	51,8
Concursos de Prognósticos e outras	4,8
Receitas Órgãos Próprios SSocial	19,4
Transfer. Orçamento Fiscal EPU	1,8
TOTAL RECEITAS SEGURIDADE SOCIAL	687,8

RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL (2015)

RECEITAS	(R\$ bilhões)
Receita Previdenciária Líquida	352,6
Cofins	200,9
CSLL	59,7
Pis/Pasep	52,9
Concursos de Prognósticos e outras	5,4
Receitas Órgãos Próprios SSocial	20,5
Transfer. Orçamento Fiscal EPU	2,2
TOTAL RECEITAS SEGURIDADE SOCIAL	694,2

EXECUÇÃO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (2014)

PROGRAMAS SOCIAIS	R\$ bilhões
Benefícios Previdenciários Urbanos	303,5
Benefícios Previdenciários Rurais	88,7
Compensações Regimes Próprios	2,0
Assistenciais Idosos – LOAS e RMV	17,7
Assistenciais Deficientes – LOAS e RMV	19,9
EPU – Legislação Especial	1,8
Saúde – Despesas Ministério da Saúde	94,2
Assistência Social – Despesas MDS	7,0
Previdência – Despesas MPS	7,8
Outras ações – FAT	52,4
Bolsa Família	26,2
Outras ações Seguridade Social	10,9
TOTAL PROGRAMAS SOCIAIS	632,1

EXECUÇÃO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (2015)

PROGRAMAS SOCIAIS	R\$ bilhões
Benefícios Previdenciários Urbanos	336,3
Benefícios Previdenciários Rurais	98,0
Compensações Regimes Próprios	1,8
Assistenciais Idosos – LOAS e RMV	18,5
Assistenciais Deficientes – LOAS e RMV	23,3
EPU – Legislação Especial	2,2
Saúde – Despesas Ministério da Saúde	102,2
Assistência Social – Despesas MDS	5,4
Previdência – Despesas MPS	8,2
Outras ações – FAT	48,7
Bolsa Família	26,9
Outras ações Seguridade Social	11,5
TOTAL PROGRAMAS SOCIAIS	683,1

SEQUÊNCIA DE SUPERÁVITS

R\$ bilhões	2012	2013	2014	2015
RECEITAS	595,8	651,1	687,8	694,2
PROG.SOCIAIS	513,0	574,7	632,1	683,1
SUPERÁVIT	82,8	76,4	55,7	11,1

NUMEROS OFICIAIS I

valor.com.br

26/01/2017 às 11h06 34

Déficit da Previdência alcança R\$ 151,9 bi em 2016, o maior desde 1995

Por Cristiane Bonfanti e Fabio Graner | Valor



BRASÍLIA - *(Atualizada às 11h53)* O déficit total do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) foi de R\$ 151,9 bilhões em 2016, em valores atualizados pelo INPC. Esse é o maior déficit da série histórica do governo, iniciada em 1995, disse o secretário da Previdência, Marcelo Caetano. Esse déficit representou 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, ante 1,5% do PIB em 2015.

Em termos nominais, o déficit da Previdência foi de R\$ 149,733 bilhões em 2016, o que representa crescimento de 74,5%, em termos nominais, ante um ano antes, quando resultado negativo ficou em R\$ 85,8 bilhões.

No total, as renúncias previdenciárias – que incluem, por exemplo, renúncias filantrópicas e exportação rural – somaram R\$ 43,421 bilhões em 2016. “Se as renúncias fossem retiradas do cálculo, o déficit previdenciário seria de R\$ 106,31 bilhões em 2016”, disse Caetano.

No caso da Previdência urbana, o déficit de R\$ 46,8 bilhões apurado em 2016 representou o primeiro resultado negativo nesse segmento desde 2008, informou Caetano. Esse número é corrigido pelo INPC de dezembro de 2016. Na Previdência rural, o saldo negativo correspondeu a R\$ 105 bilhões no ano passado, atualizado pelo INPC, o equivalente a 1,7% do PIB. “Em termos nominais, o déficit rural ficou em R\$ 103,39 bilhões em 2016”, disse o secretário da Previdência.

NUMEROS OFICIAIS II

Boletim Estatístico da Previdência Social - Vol. 21 Nº 12

01 GRANDES NÚMEROS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

FLUXO DE CAIXA DO INSS - 2015/2016 - (EM R\$ MIL)			
DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO/2016	ACUMULADO EM 2016	ACUMULADO EM 12 MESES
Arrecadação Própria	46.722.214	361.383.652	361.383.652
(+) Arrecadação Simples	2.986.284	33.862.887	33.862.887
(+) Outras Arrecadações	178.687	1.749.640	1.749.640
(=) Arrecadação Bruta	49.887.186	396.996.179	396.996.179
(-) Ressarcimentos e Restituições	19.355	281.905	281.905
(-) Recolhimentos de Outras Entidades	3.058.339	38.576.956	38.576.956
(=) Arrecadação Líquida	46.809.492	358.137.319	358.137.319
Total de Benefícios	53.681.445	507.871.304	507.871.304
(-) Benefícios Devolvidos	-804.588	-2.836.933	-2.836.933
(=) Benefícios Previdenciários	54.486.033	510.708.237	510.708.237
Saldo Previdenciário (Arrec. Líq. - Benef. Prev.)	-6.871.953	-149.733.985	-149.733.985

FONTE: Divisão de Programação Financeira do INSS.

PARTICIPAÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA E DA DESPESA COM BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO PIB – 2015				
PIB (R\$ MILHÃO) (1)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (R\$ MIL)	% NO PIB	BENEFÍCIOS DO RGPS (R\$ MIL)	% NO PIB
5.904.331	350.272.004	5,93	438.163.319	7,42

FONTE: Divisão de Programação Financeira do INSS e IBGE.

Clientela	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS				BENEFÍCIOS EMITIDOS	
	Acumulado em 2015		dezembro/2016		dezembro/2016	
	Quantidade	Valor (R\$ Mil)	Quantidade	Valor (R\$ Mil)	Quantidade	Valor (R\$ Mil)
Total	4.344.701	5.038.458	363.903	482.051	33.755.917	37.915.707
Urbana	3.546.427	4.408.752	298.777	424.502	24.269.925	30.425.243
Rural	798.274	629.706	65.126	57.548	9.485.992	7.490.463

FONTE: DATAPREV, SUB. SINTESE.

OUTRAS INFORMAÇÕES DE BENEFÍCIOS					TEMPO MÉDIO DE CONCESSÃO (EM DIAS)	
novembro/2016			dezembro/2016		novembro/2016	dezembro/2016
Benefícios Cessados		Benefícios Suspensos	Requerimentos		novembro/2016	dezembro/2016
Quantidade	Valor (R\$ Mil)		Requeridos	Indeferidos		
494.710	615.789	29.854	658.762	282.524	54	55

FONTE: DATAPREV, SUB. SINTESE e SUIBE.

(1) PIB corrente a preço de mercado, dado preliminar de 2014, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

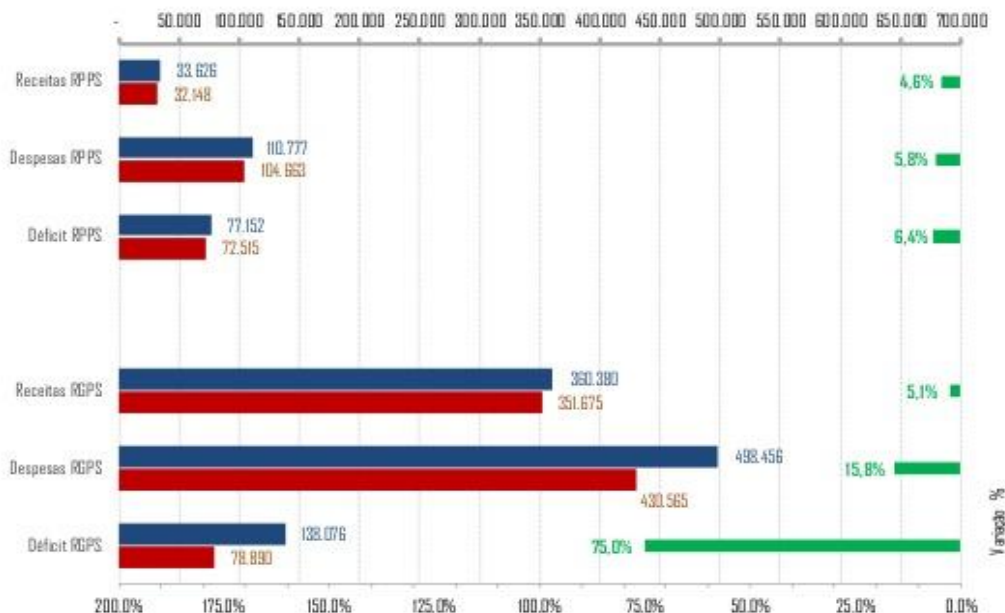
(2) Corresponde ao número médio mensal de contribuintes, ou seja, à soma do número de meses com contribuição para cada trabalhador, dividido por 12.

NUMEROS OFICIAIS III



Resultados do Regime Geral e do Regime Próprio de Previdência (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



Regimes Previdenciários:
Gestão do patrimônio coletivo dos segurados, sob a tutela do Estado, para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os trabalhadores deixarem de ser ativos.

RGPS

Suas receitas são controladas e administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. Suas despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

Suas receitas são controladas e administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF. Suas despesas, pelos diversos órgãos que possuem inativos em seus quadros.

■ 2016

■ 2015

■ % 2016/2015

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2016, Anexos 4 – Demonstrativos do RGPS e do RPPS

NUMEROS OFICIAIS IV

Arrecadação Previdenciária

PERÍODO: 2007 A 2016

UNIDADE: R\$ MILHÕES

PERÍODO	ARRECAÇÃO		VARIÇÃO NOMINAL (%)		PARTICIPAÇÃO % NO PIB
	VALORES CORRENTES	A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016 - IPCA	ARRECAÇÃO S/ ANO ANTERIOR	MASSA SALARIAL*	
2007	153.845	274.265	15,55%	10,25%	5,66%
2008	180.476	304.425	17,31%	15,92%	5,80%
2009	200.737	322.918	11,23%	11,32%	6,02%
2010	233.609	357.582	16,38%	13,23%	6,01%
2011	271.588	389.874	16,26%	15,60%	6,21%
2012	302.321	411.829	11,32%	13,38%	6,28%
2013	331.937	425.794	9,80%	11,68%	6,23%
2014	357.851	431.769	7,81%	9,05%	6,19%
2015	364.396	403.309	1,83%	6,99%	6,07%
2016	382.235	389.212	4,90%	3,71%	6,10%

VARIAÇÃO ÍNDICES E METODOLOGIA

Inflação

Variação no período (em %)

	Acumulado em					Número índice			
	mar/17	fev/17	2017 *	2016	12 meses *	mar/17	fev/17	dez/16	mar/16
IBGE									
IPCA	-	0,33	0,71	6,29	4,76	-	4.809,67	4.775,70	4.610,92
INPC	-	0,24	0,66	6,58	4,69	-	4.973,44	4.940,78	4.771,36
IPCA-15	-	0,54	0,85	6,58	5,02	-	4.727,02	4.687,10	4.520,43
IPCA-E	-	-	-	6,58	6,58	-	-	4.687,10	4.520,43
FGV									
IGP-DI	-	0,06	0,50	7,18	5,26	-	657,19	653,95	627,06
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	0,59	6,76	5,64	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,12	0,22	7,73	5,35	-	713,14	711,61	679,43
IPA-Agro	-	-0,67	-2,71	9,91	2,17	-	981,71	1.009,09	973,12
IPA-Ind.	-	0,08	1,33	6,70	6,42	-	603,48	595,55	567,02
IPC-DI	-	0,31	1,01	6,18	4,57	-	532,26	526,96	511,53
INCC-DI	-	0,65	1,06	6,13	6,26	-	696,31	688,97	659,45
IGP-M	-	0,08	0,73	7,17	5,38	-	666,10	661,30	635,35
IPA-M	-	-0,09	0,60	7,64	5,53	-	731,69	727,33	696,42
IPC-M	-	0,39	1,03	6,25	4,54	-	525,53	520,16	505,60
INCC-M	-	0,53	0,82	6,35	6,32	-	694,26	688,61	658,15
IGP-10	0,05	0,14	1,02	6,95	5,67	678,33	677,98	671,15	645,33
IPA-10	-0,12	-0,03	1,05	7,30	5,96	751,25	752,17	744,34	713,86
IPC-10	0,32	0,54	1,08	6,44	4,75	529,22	527,55	521,92	506,70
INCC-10	0,59	0,36	0,66	5,84	5,92	688,18	684,18	679,71	649,79
FIPE									
IPC	-	-0,08	0,24	6,54	4,43	-	479,70	478,55	463,83
DIEESE									
ICV	-	-0,14	0,90	6,15	4,48	-	381,39	378,00	366,63

Obs.: IGP-M 1ª prévia de mar/17 = 0,25% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana mar/17 = -0,09%

Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data. *Acumulado até o último mês indicado.

CARTILHA OFICIAL

Home — Ministério da F. X

fazenda.gov.br

BRASIL Serviços Participe Acesso à informação Legislação Canais

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Ministério da **Fazenda**

Buscar no portal

Sítios do Ministério | Ética | Serviços | Biblioteca | Imprensa | Ouvidoria | Fale conosco

VOCE ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL

CENTRAIS DE CONTEÚDOS

- Agendas
- Notícias
- Vídeos
- Áudios
- Imagens
- Apresentações

PREVIDÊNCIA.
REFORMAR PARA **NÃO ACABAR.**
[Saiba mais](#)

Previdência no Brasil é um "ponto fora da curva" mundial

- Elevado gastos com previdência (13% do PIB, considerando RGPS e RPPS)
- Demografia ainda favorável (razão de dependência = 12,9%)

Gastos Previdenciários Totais x Razão de Dependência

País	Razão de Dependência (%)	Gastos Previdenciários Totais (% PIB)
Brasil	12,9%	13%
França	~10%	~10%
Alemanha	~10%	~10%

Aumento da idade média do brasileiro reitera importância da reforma da Previdência, diz Meirelles

“Regularmente nós mantivemos a Previdência como está, mais generosa possível. A questão é que a sociedade brasileira é que paga isso, então nós temos que vir a capacidade da sociedade de pagar.”

Ministro Henrique Meirelles

Pesquisar na Web e no Windows

POR PTB2 14:55 19/03/2017

CARTILHA OFICIAL

The screenshot shows the website fazenda.gov.br with a sidebar menu on the left and a main content area. The sidebar menu includes categories like 'Áudios', 'Imagens', 'Apresentações', 'Publicações', and 'Serviços'. Below these are sections for 'ASSUNTOS' (with 'Agendas') and 'ÓRGÃOS' (listing Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, and Secretaria de). The main content area features a large article with a photo of Henrique Meirelles pointing at a scatter plot. The plot shows 'Gasto Público com Previdência (% PIB)' on the y-axis (0% to 18%) and 'Razão de Dependência (pop. 65+ / pop. 15-64)' on the x-axis (10% to 30%). Data points for Brazil, França, and Alemanha are visible. Below the photo is the headline 'Meirelles: proposta é equilibrada e enfrenta o problema da Previdência' and a sub-headline 'Após reunião com bancada do PSB, ministro reafirma a importância de garantir o pagamento da aposentadoria e solvência do Estado'. To the right of the main article are two smaller news items: 'Aumento da idade média do brasileiro reitera importância da reforma da Previdência, diz Meirelles' and 'Tesouro lança nova versão do Portal Tesouro Transparente'. At the bottom of the main content area, there are sections for 'RECEITA FEDERAL' (with 'Argentina e Brasil ampliam o intercâmbio de informação fiscal'), 'MINISTÉRIO DA FAZENDA' (with 'Meirelles diz a secretários de Fazenda que ajuste fiscal é fundamental para recuperação econômica'), and 'Reforma da Previdência' (with 'Perguntas e respostas' and 'Tire suas dúvidas sobre o que muda com a Reforma da Previdência'). A 'MAIS NOTÍCIAS' button is at the bottom right of the main content area. The Windows taskbar at the bottom shows the time as 14:56 on 19/03/2017.

Home — Ministério da F X
fazenda.gov.br

Áudios
Imagens
Apresentações
Publicações
Serviços

ASSUNTOS
Agendas

ÓRGÃOS
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Receita Federal do Brasil
Secretaria do Tesouro Nacional
Secretaria de

Meirelles: proposta é equilibrada e enfrenta o problema da Previdência
Após reunião com bancada do PSB, ministro reafirma a importância de garantir o pagamento da aposentadoria e solvência do Estado

Aumento da idade média do brasileiro reitera importância da reforma da Previdência, diz Meirelles

Tesouro lança nova versão do Portal Tesouro Transparente

Nota à imprensa
FazendaGovBr

Reforma da Previdência
Perguntas e respostas
Tire suas dúvidas sobre o que muda com a Reforma da Previdência

MAIS NOTÍCIAS

Pesquisar na Web e no Windows
14:56
PTB2 19/03/2017

CARTILHA OFICIAL

PerguntaseRespostassob

fazenda.gov.br/noticias/2016/dezembro/perguntas-e-respostas-esclarece-duvidas-sobre-a-reforma-da-previdencia/PerguntaseRespostassobreReformadaPrevidencia.pdf

PerguntaseRespostassobreReformadaPrevidencia.pdf 1 / 16

Reforma da Previdência

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – PERGUNTAS E RESPOSTAS

A Previdência Social precisa adaptar-se à nova realidade demográfica brasileira a fim de que a atual geração em idade ativa e as próximas que a sucederão tenham a garantia de sua aposentadoria.

O perfil da sociedade brasileira vem mudando rapidamente, com o aumento da expectativa de vida e diminuição da fecundidade, o que altera a proporção de ativos e inativos no mercado de trabalho.

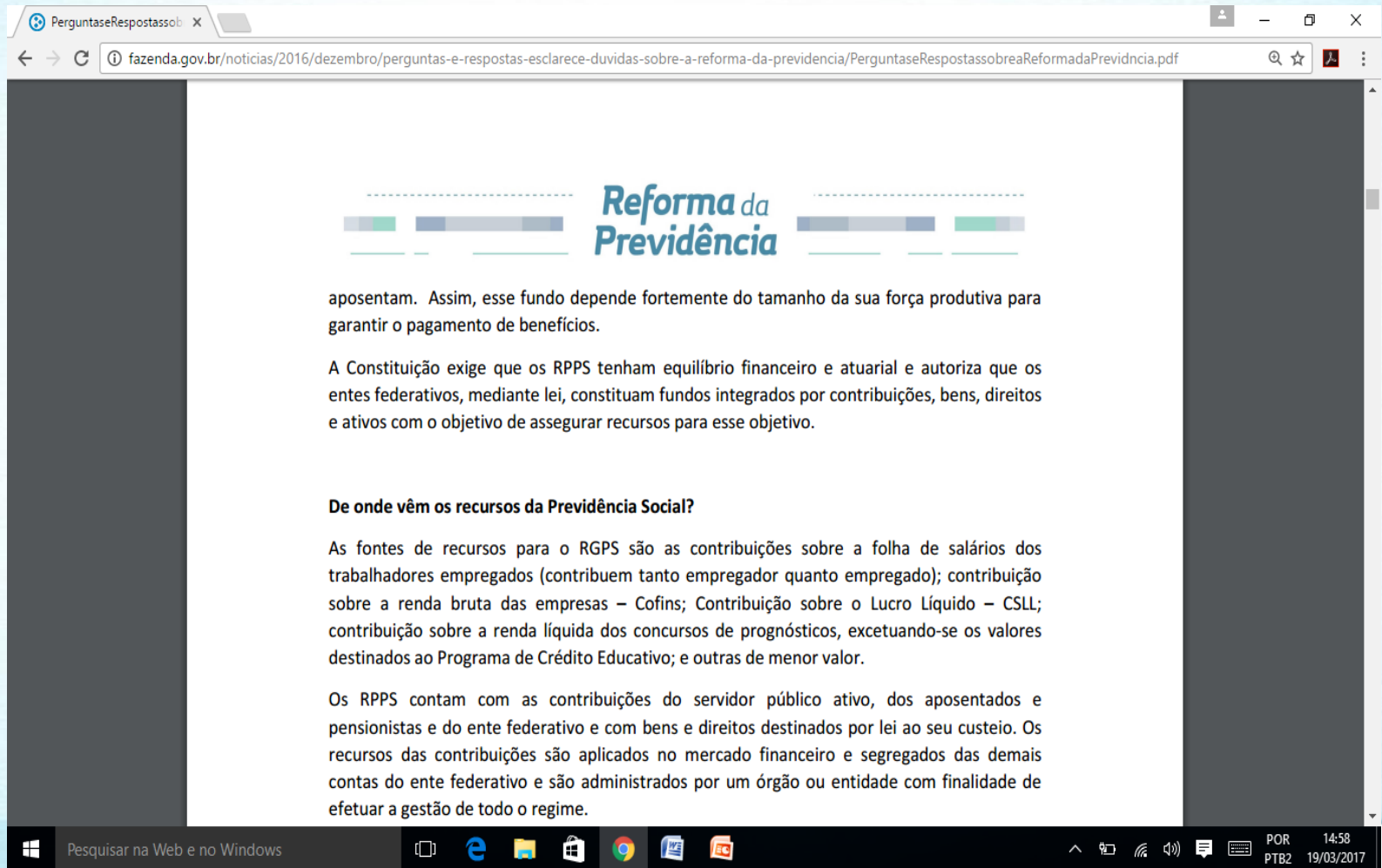
De acordo com dados das Projeções Popacionais do IBGE (2013), enquanto há, hoje, 140,9 milhões de pessoas em idade ativa, em 2060 haverá 131,4 milhões, número 6,7% inferior. No mesmo período, o número de idosos crescerá 262,7%.

Hoje, uma em cada dez pessoas é idosa. Em 2060, uma em cada três será idosa. Ou seja, a evolução demográfica aponta para uma maior quantidade de beneficiários, os quais, além de mais numerosos, serão mais longevos.

Pesquisar na Web e no Windows

POR 14:57
PTB2 19/03/2017

CARTILHA OFICIAL



The screenshot shows a web browser window with the address bar containing the URL: fazenda.gov.br/noticias/2016/dezembro/perguntas-e-respostas-esclarece-duvidas-sobre-a-reforma-da-previdencia/PerguntaseRespostassobreReformadaPrevidncia.pdf. The document content features a header with the title "Reforma da Previdência" in blue and green text, flanked by decorative horizontal lines. Below the header, there are three paragraphs of text. The first paragraph discusses the dependence of the fund on the productive force. The second paragraph states the constitutional requirements for RPPS. The third paragraph is a section header "De onde vêm os recursos da Previdência Social?" followed by a detailed list of funding sources. The Windows taskbar at the bottom shows the search bar, several application icons, and system tray information including the date 19/03/2017 and time 14:58.

PerguntaseRespostassob

fazenda.gov.br/noticias/2016/dezembro/perguntas-e-respostas-esclarece-duvidas-sobre-a-reforma-da-previdencia/PerguntaseRespostassobreReformadaPrevidncia.pdf

Reforma da Previdência

aposentam. Assim, esse fundo depende fortemente do tamanho da sua força produtiva para garantir o pagamento de benefícios.

A Constituição exige que os RPPS tenham equilíbrio financeiro e atuarial e autoriza que os entes federativos, mediante lei, constituam fundos integrados por contribuições, bens, direitos e ativos com o objetivo de assegurar recursos para esse objetivo.

De onde vêm os recursos da Previdência Social?

As fontes de recursos para o RGPS são as contribuições sobre a folha de salários dos trabalhadores empregados (contribuem tanto empregador quanto empregado); contribuição sobre a renda bruta das empresas – Cofins; Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL; contribuição sobre a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo; e outras de menor valor.

Os RPPS contam com as contribuições do servidor público ativo, dos aposentados e pensionistas e do ente federativo e com bens e direitos destinados por lei ao seu custeio. Os recursos das contribuições são aplicados no mercado financeiro e segregados das demais contas do ente federativo e são administrados por um órgão ou entidade com finalidade de efetuar a gestão de todo o regime.

Pesquisar na Web e no Windows

POR 14:58
PTB2 19/03/2017

CARTILHA OFICIAL

- De onde vêm os recursos da Previdência Social? (1)
- **As fontes de recursos para o RGPS são as contribuições sobre a folha de salários dos trabalhadores empregados (contribuem tanto empregador quanto empregado); contribuição sobre a renda bruta das empresas – Cofins; Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL; contribuição sobre a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo; e outras de menor valor.**
- <http://fazenda.gov.br/noticias/2016/dezembro/imagens-dezembro/PerguntaseRespostassobreaReformadaPrevidncia.pdf>

ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL

TRIBUTOS	2016 (R\$ bi)
Receita Previdenciária	389,21
Cofins	208,29
CSLL	69,47
Pis/Pasep	55,41
Contribuições	722,39
Impostos (IR, IPI, II, IOF, ITR)	484,88
Outros	75,68
Total	1.282,95

Fonte: Resultado da Arrecadação, das Receitas Federais disponível em www.receita.fazenda.gov.br, preços de dezembro/2016. - IPCA

PREVIDÊNCIA – NÚMEROS PRELIMINARES (2016)

(PREÇOS DE DEZ/2016 – R\$ bi - INPC)	ARRECADAÇÃO	BENEFÍCIOS	SALDO
URBANO	355,0	402,7	(46,7)
RURAL	8,0	113,0	(105,0)
TOTAL	363,0	515,7	(149,7)

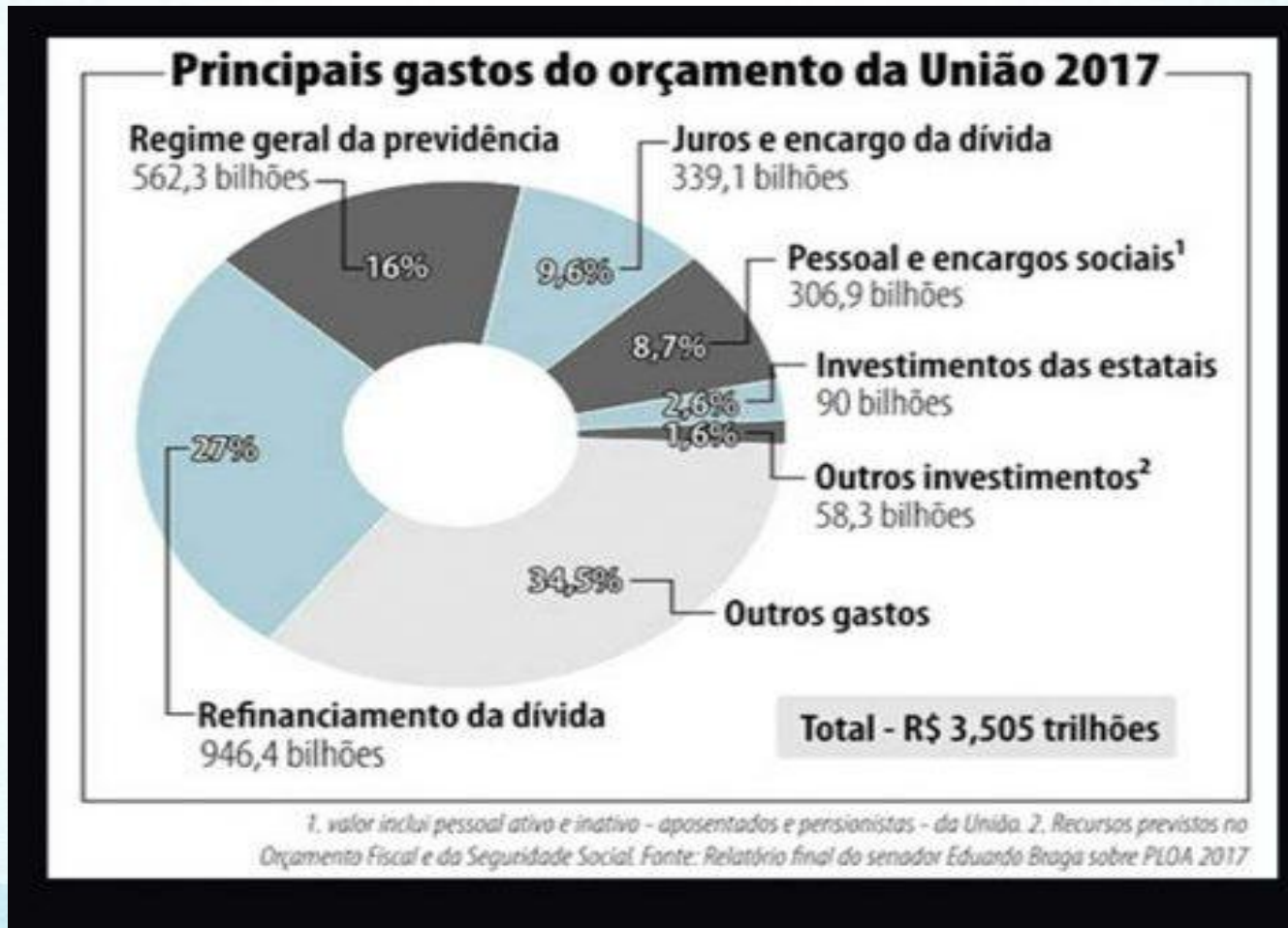
SEGURIDADE SOCIAL – RRSO (2016) – R\$ bi

PROGRAMA	LIQUIDADAS
PREVIDÊNCIA	593,9
ASSISTÊNCIA	78,2
SAÚDE	98,7
TOTAL	770,8

CARTILHA OFICIAL

- De onde vêm os recursos da Previdência Social? (1)
- **Os RPPS contam com as contribuições do servidor público ativo, dos aposentados e pensionistas e do ente federativo e com bens e direitos destinados por lei ao seu custeio. Os recursos das contribuições são aplicados no mercado financeiro e segregados das demais contas do ente federativo e são administrados por um órgão ou entidade com finalidade de efetuar a gestão de todo o regime.**
- <http://fazenda.gov.br/noticias/2016/dezembro/imagens-dezembro/PerguntaseRespostassobreaReformadaPrevidncia.pdf>

ORÇAMENTO DA UNIÃO 2017



PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS (06/06/2016)

- **1. Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas;**
- **2. Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;**

RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS (LDO)

Setores/R\$ bilhões	2016	2017
Simplex	24,14	22,15
MEI	1,16	1,12
Exportador rural	6,43	7,65
Desoneração folha (CPRB)	25,85	17,00
Dona de casa	0,26	0,24
Filantropia (Saúde/Educação)	11,53	11,82
Olimpíada	0,33	0,03
TOTAL	69,70	60,01

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS (06/06/2016)

- **3. Alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso através de leilão;**

IMOBILIÁRIA PREVIDÊNCIA



PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS

- **4. Fim da aplicação da DRU - Desvinculação de Receitas da União - sobre o orçamento da Seguridade Social;**

DESVINCULAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

- **FSE – Fundo Social de Emergência**
 - (ECR 1, de 01/03/94)
- **FEF – Fundo de Estabilização Fiscal**
 - (EC 10, de 04/03/1996)
- **DRU – Desvinculação das Receitas da União**
 - (EC 29, de 13/09/2000)

DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO (DRU)

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (R\$ bilhões)	2012	2013	2014	2015
Cofins	36,3	39,9	39,2	40,2
CSLL	11,5	12,5	12,6	11,9
Pis/Pasep	9,5	10,2	10,4	10,6
Outras Contribuições Sociais	0,8	0,8	1,0	1,1
TOTAL	58,1	63,4	63,2	63,8

A EC 93/16 prorrogou em 24/08 a DRU até 2023 e ampliou de 20% para 30%.

Permite desvincular cerca de R\$ 100 bilhões de contribuições sociais em 12 meses..

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS

- **5. Criação de mecanismos mais ágeis para a cobrança da dívida ativa da Previdência Social;**

DIVIDA ATIVA PREVIDENCIÁRIA

- **R\$ 374.904.450.949,04**
 - Recuperabilidade remota
 - **R\$ 70.809.516.266,59 (18,8%)**
 - Em 12/2015
- + cerca de **R\$ 120 bilhões em fase administrativa**

MAIORES DEVEDORES PREVIDÊNCIA



ECONOMIA

Devedores da Previdência devem quase 3 vezes o déficit do setor

Na lista, com mais de 500 nomes, aparecem empresas públicas, privadas, fundações, governos estaduais e prefeituras

Por **Agência Brasil**
© 20 fev 2017, 22h55



Os devedores da **Previdência Social** acumulam uma dívida de R\$ 426,07 bilhões, quase três vezes o atual déficit do setor, que foi cerca de R\$ 149,7 bilhões em 2016. Na lista, com mais de 500 nomes, aparecem empresas públicas, privadas, fundações, governos estaduais e prefeituras que devem ao Regime Geral da Previdência Social, segundo levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável por fazer a cobrança dessas dívidas.

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS

- **6. Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização;**
- A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, extinguiu a **Secretaria da Receita Previdenciária (SRP)** e criou a **Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)**.
- Em fev/2007 – 4.180 Auditores Fiscais da Previdência Social
- Em dez/2016 – cerca de 900 envolvidos com atividades P Social

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS

- **7. Revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio;**
- **PIB Brasil 2016 – R\$ 6,266 trilhões**
- **PIB Agropecuária – 23% do total**
- **R\$ 1,441 trilhão**

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS

- **8. Destinação à seguridade/previdência das receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar, em discussão no Congresso Nacional;**
- **9. Recriação do Ministério da Previdência Social ou criação do Banco da Seguridade Social**

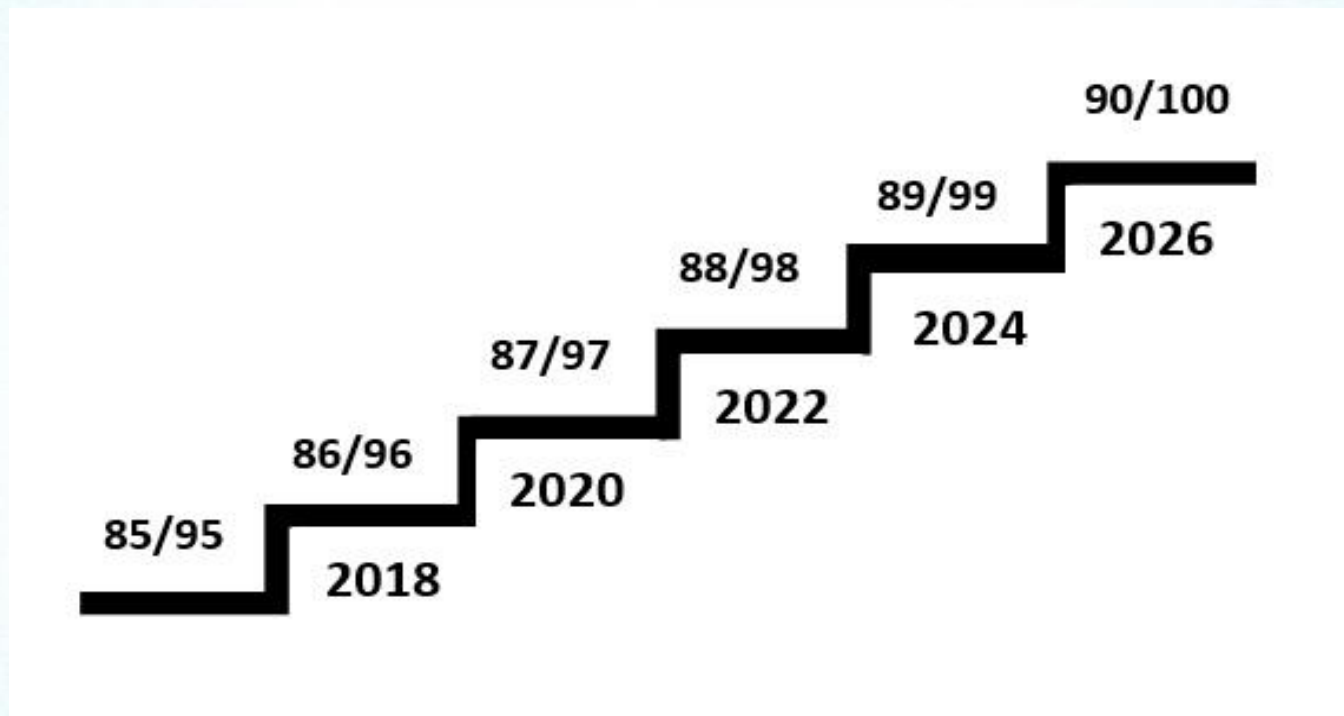
IDADE MÍNIMA

- **Esperança de vida ao nascer (2015)**
 - **PI – 66 anos (homens)**
 - **SC – 78 anos (mulheres)**
- **<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a11fb.htm>**

FATOR PREVIDENCIÁRIO

$$f = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left[1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100} \right]$$

FÓRMULA 85/95 > 90/100



QUANTIDADE RGPS/INSS (Previdência) (em 12/16)

Espécies	Urbanos	Rurais	Total
Por Idade	3.781.420	6.319.393	10.100.813
Por Invalidez	2.777.593	457.977	3.235.570
Por Tempo de Contribuição (19,2%)	5.704.271	21.574	5.725.845
Pensão por Morte	5.212.006	2.350.544	7.562.550
Auxílio-Doença	1.330.816	211.921	1.542.737
Outros	978.573	58.328	1.036.901
Assistenciais	4.485.246	66.255	4.551.501
Total	24.269.925	9.485.992	33.755.917

A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS (dez/2014)

- Dos **5.568** municípios em **3.875** deles (**70%**) o valor dos repasses aos aposentados e demais beneficiários da Previdência supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Em **4.589** municípios (**82%**) os pagamentos aos beneficiários do INSS superam a arrecadação municipal.

EFEITOS DAS MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA

PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA – RESERVAS EFPC

- **Entidades Fechadas de Previdência Complementar**
 - **Fundos de pensão**
- **Fev/97 – 255 EFPP – R\$ 72 bilhões**
- **Out/16 – 308 EFPP – R\$ 759 bilhões**
 - **+ 1.054%**

Procura por planos de previdência privada aumenta em meio à crise

Reforma da Previdência e os principais pontos

1 de 15 < >

Rafael Nadermeyer/ Fotos Públicas



TÁSSIA KASTNER
DE SÃO PAULO

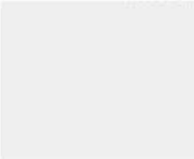
12/12/2016 © 02h00

f Compartilhar < 3,8 mil OUVIR O TEXTO + Mais opções

As pessoas estão colocando mais dinheiro em planos de previdência privada no Brasil, mas o número de investidores nesses fundos continua crescendo lentamente.

A proposta do governo para [reforma da Previdência](#), que ainda será debatida no Congresso, poderá obrigar as pessoas a trabalhar mais para se aposentar e ameaça reduzir o valor dos benefícios com que elas poderão contar.

PUBLICIDADE



Assine

ECONOMIA

Captação líquida na previdência aberta cresce 46% no 3º tri

Em setembro apenas, a captação líquida foi positiva em 3,5 bilhões de reais, alta de 46,9% ante mesmo mês de 2015

Por **Aluísio Alves, da Reuters**
© 22 nov 2016, 21h48

CRESCIMENTO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA

- **Previdência Complementar Aberta**
 - **PGBL/VGBL**
- Crescimento de **26,06%** em novembro em relação ao nov/15. Nos primeiros 11 meses de 2016, os aportes chegaram a R\$ 98,17 bilhões, **19,14%** a mais que o mesmo período de 2015.



Entidade que contesta déficit da Previdência irrita Planalto

A associação de auditores fiscais diz que há, na verdade, saldo positivo

NONATO VIEGAS

22/02/2017 - 15h04 - Atualizado 22/02/2017 15h25



Deputados que integram a Comissão Especial da Reforma da Previdência foram ao Palácio do Planalto para fazer queixa contra a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a Anfip. A entidade tem divulgado informações que contestam o déficit da Previdência, alardeado pelo Planalto. Em vez de rombo, diz a Anfip, há saldo positivo desde 2006. Ela leva em conta a arrecadação da Seguridade Social, que inclui Saúde, Assistência e Previdência.

Os deputados **Carlos Marun** (PMDB-MS) e **Júlio Lopes** (PP-RJ) querem que a Advocacia-Geral da União acione a Justiça para que a Anfip pare de divulgar tais informações. Eles alegam que a “contrainformação” dificulta a tramitação do projeto no Congresso.

O presidente **Michel Temer** ouviu a reclamação e ficou de pensar no assunto.

Obrigado pela atenção!

www.anfip.org.br

romero@anfip.org.br